

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2020 DO COMITÊ**
2 **DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-**
3 **GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2020, POR**
4 **VIDEOCONFERÊNCIA.**

5 No quarto dia de dezembro de dois mil e vinte, sexta-feira, às 09h30min, foi
6 realizada pela plataforma **Google Meet**, a 4ª reunião extraordinária do ano de 2020
7 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e
8 Pardo (CBH Mogi/Pardo - GD6). Na reunião estiveram presentes 29 (vinte e nove)
9 membros, representando 26 (vinte e seis) Instituições. **Estiveram presentes os**
10 **membros da Diretoria: Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional**
11 **dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE), Secretário Juvenal**
12 **Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento**
13 **Sustentável - SEMAD), Secretária Adjunta Rafaela Macedo Soares (Prefeitura**
14 **Municipal de Guaxupé); e os Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia**
15 **Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues**
16 **(Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM), Ruben César Alvim Vieira**
17 **(Instituto Mineiro de Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Instituto Mineiro de**
18 **Agropecuária - IMA), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de Estado de**
19 **Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese (Polícia**
20 **Civil de Minas Gerais - PCMG), Tamires Freitas de Camargo (Polícia Civil de**
21 **Minas Gerais - PCMG), Giovanni Adilson Grande (Secretaria de Estado de Saúde**
22 **- SES), Claudinéa de Carvalho Barbosa (Prefeitura Municipal de Ipuina);**
23 **Paulo Roberto Pinheiro (Prefeitura Municipal de Caldas), Antônio Carlos Alvisi**
24 **(Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Mário Montingelli Neto (Companhia**
25 **de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa**
26 **Alumínio S/A), Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A.), Laene Fonseca**
27 **Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG),**
28 **Silvana Vieira Martins (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de**
29 **Caldas - DMAE), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do**
30 **Planalto de Poços de Caldas - ASMIPC), Antônio Carlos Sales (Associação dos**
31 **Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto**
32 **da Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de**
33 **Andrade Almeida Di Tommazi (Agência Regional de Proteção Ambiental da**
34 **Bacia do Rio Grande - ARPA Rio Grande), Irineia Ardissom da Silveira Souza**
35 **(ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura -**
36 **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de**
37 **Caldas), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de**
38 **Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG), Valnei José de Melo**
39 **(Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP), Sebastião Marcos**
40 **Vilela (Instituto Federal Sul de Minas - Campus Muzambinho), Claudiomir Silva**
41 **Santos (Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Muzambinho).**
42 **Convidados: Vereador Hélio Lago Júnior e Luiz Francisco Pereira (Técnico**
43 **responsável pela outorga). Item 1. Abertura da reunião: A reunião foi aberta pelo**
44 **Presidente Rogério Araújo Dias o qual agradeceu a presença de todos e desejou**

45 uma boa reunião. **Item 2. Execução do Hino Nacional:** O Presidente convidou
46 todos a cantarem o Hino Nacional. **Item 3. Leitura e aprovação das atas:** A ata do
47 dia 12/11/2020 não foi aprovada pelos conselheiros, que solicitaram alteração na
48 parte de votações. **Item 4. Aprovação Calendário Anual de Reuniões:** O
49 documento foi enviado por e-mail e revisado em Plenária. Foi aprovado o Calendário
50 Anual de Reuniões e definido que as mesmas ocorrerão às 09h30min. **Item 5.**
51 **Deliberação processo de outorga nº 2874-2020 requerido pela empresa Costa**
52 **do Sol:** O presidente Rogério Araújo Dias (ASSEMAE) solicitou que o coordenador
53 da Câmara Técnica, Juvenal (SEMAD), desse o diagnóstico do processo de outorga.
54 Juvenal (SEMAD) deu as informações sobre o processo dizendo que se trata de
55 uma solicitação de construção de canal fechado em um córrego afluente do Ribeirão
56 Poços de Caldas onde se pretende a canalização de um trecho de 177 metros na
57 forma de um canal fechado com a utilização de aduelas. Informou que o IGAM emitiu
58 o parecer favorável à concessão da outorga. E, por se tratar de outorga de grande
59 porte, foi enviado para deliberação do Comitê. Resumidamente, a Câmara entendeu,
60 após duas reuniões, inclusive com a presença do pessoal do IGAM e do
61 empreendedor, não adentrarmos em outras questões, visto que este é o processo
62 de outorga onde sinaliza unicamente a questão hídrica. Não se verifica a questão de
63 licenciamento ou de APP, que seriam outros institutos, outros documentos a serem
64 contidos em outras instâncias. Basicamente, o que se concluiu é que, com base em
65 fatos históricos, a Comissão de Outorga indica o indeferimento da solicitação de
66 outorga, considerando que todos os cálculos feitos pelo IGAM estão corretos, mas
67 os modelos são feitos com base em dados históricos e modelos matemáticos, sendo
68 que já tivemos alguns exemplos de situações análogas em que, com o tempo, se
69 verificou que esses fatos não se confirmaram. Disse ainda que temos um futuro
70 incerto em termos de fenômenos meteorológicos nos quais entendemos desafiar
71 qualquer modelo e que caso eventos extremos ocorram, os prejuízos podem ser
72 muito grandes, e que, por prevenção, entendemos que não devemos aprovar este
73 pedido. Basicamente, o que levou principalmente a esta situação é o fato de que
74 esta canalização ocorreria na foz de um curso d'água e sua canalização partindo da
75 Av. João Pinheiro. O corpo receptor deste córrego é o ribeirão Poços de Caldas, já
76 na sua porção final, onde ele já recebeu a contribuição da maior parte dos
77 tributários. Complementou dizendo que temos conhecimento de eventos anteriores,
78 de enchentes, onde este rio adquiriu um volume de tal sorte que ele não conseguiu
79 funcionar como corpo receptor, fazendo com que um volume de água muito
80 significativo ficasse em remanso a montante e como a gente não quer assumir riscos
81 e, usando o princípio da prevenção e precaução, entendemos recomendar o
82 indeferimento do pedido de outorga, dadas as consequências que podem ser
83 desastrosas para a população de Poços de Caldas, lembrando que se trata de um
84 empreendimento particular que pouco agrega à coletividade. A palavra foi passada
85 para José Edilberto (APS), o qual citou uma manifestação escrita que realizou a
86 respeito da outorga, e que enviou a todos por e-mail, manifestação esta suplementar
87 à análise que a câmara técnica fez, mais voltada especificamente ao plano diretor e
88 ao direcionamento neste local que foi feito de outorga, apontando quais são as

89 sensibilidades e vulnerabilidades que aquela área carece, dando a sua contribuição
90 sob a ótica local, resumindo a mesma na reunião. Informou que houve, recentemente,
91 uma alteração no macrozoneamento do local e isso não foi incluído na documentação
92 que nos foi enviada. Concluiu-se que o Comitê tem a competência de validar ou não e que
93 não consta amparo legal para concessão de outorga. O presidente Rogério (ASSEMAE)
94 comentou que trabalhos como este devem sim ser comentados e compartilhados com todos
95 porque enriquecem muito. Logo após, a palavra foi passada à Ângela (CREA), que
96 ressaltou que existem duas denúncias contidas no relatório anexado pelo empreendedor:
97 1. há esgoto sendo colocado naquela drenagem e 2. há invasões de animais na área
98 APP daquela região. Pontuou também que o relatório enviado do empreendedor foi um
99 relatório anterior ao enviado pelo IGAM, pois os cálculos eram diferentes, então foi esclarecido
100 que houve um problema na remessa do documento e o empreendedor foi solicitado pela
101 URGA a mudar, inclusive, o tamanho das aduelas propostas em relatório anterior para
102 poder dar vazão a chuva de 50 anos. Também enfatizou que a área pleiteada em entubar
103 o rio é uma área que geograficamente exerce a função natural de planície de inundação.
104 Isto significa que um corpo receptor não contendo determinado volume de água possa
105 existir uma planície de extravasamento. Se canalizar neste trecho de planície, a água
106 irá refluir e inundar acima da canalização, onde se localiza uma área verde e pública
107 do município de Poços de Caldas, ou seja, é uma área de usufruto da população, e
108 enfatizou que esta canalização viria a aumentar os riscos de problemas de inundação,
109 porque o ribeirão Poços de Caldas (canal da Av. João Pinheiro) drena toda a área urbana
110 do município. Então, não existe segurança para esta canalização fechada, da planície de
111 inundação, porque, embora a água caiba no tubo, a mesma não pode ser recebida pelo
112 receptor em eventos de chuva intensa. Ela sugeriu que a Diretoria encaminhasse as duas
113 denúncias às autoridades competentes de Poços de Caldas, a invasão de APP por animais
114 e o lançamento de esgoto para o DMAE para tomarem as devidas providências. Rogério
115 (ASSEMAE) respondeu que já há bastante trabalho sendo feito no DMAE constante à
116 fiscalização, notificação e até multa administrativa referente à esta área, mas mesmo
117 assim ele falará à Silvana (DMAE) para fazer esta denúncia. A palavra foi passada ao
118 Eduardo (IGAM), que reiterou que todas as reuniões de acordo com o regimento devem vir
119 com a pauta e com todos os documentos que foram incluídos e, principalmente, em
120 deliberações do Comitê, caso contrário não terá validade nenhuma. Enfatizou que o
121 Comitê delibera, normatiza, estabelece leis e, se todos os conselheiros de fato
122 entenderem as principais atribuições dos Comitês, estes problemas todos da bacia
123 poderão ser dirimidos, quando ele deliberar normatizando estes usos e vedando os
124 mesmos quando for necessário deliberar sobre as questões que são de interesse quanto
125 ao uso dos recursos hídricos. Pediu ao Juvenal (SEMAD) para seguir esta regra. Lembrou
126 que existe um parecer técnico para estudar estas manifestações e que são consideradas
127 no mesmo. Discordou de algumas pontuações da Ângela (CREA), mas como não conhece
128 o lugar, não vai se opor às manifestações dela. O plenário deve ouvir a câmara
129 técnica e o órgão gestor e inclusive o empreendedor neste processo. O

133 presidente Rogério (ASSEMAE) confirmou as presenças do IGAM e do
134 empreendedor e passou a palavra à Irineia Ardisson (ONG Planeta Solidário), que
135 disse que se preocupa muito com os pedidos de outorga de construção em Poços
136 de Caldas, pois os bairros mais pobres estão com sérios problemas de falta d'água
137 devido às represas estarem muito vazias. Então por este motivo parabenizou esta
138 negativa à outorga e frisou que a situação é preocupante, pois Poços de Caldas está
139 a 1.500m de altitude e não tem mais para onde puxar as águas e as áreas de
140 recarga estão sendo detonadas e as nascentes estão sendo deixadas em segundo
141 plano, em prol da construção desordenada de prédios, simplesmente para
142 investimento. Resumiu que o problema é a falta de chuvas e a inúmera quantidade
143 de prédios sendo construídos. Falou da situação da Represa Saturnino de Brito que
144 está praticamente vazia. A palavra foi passada então ao Rubem (IGAM) que fez
145 considerações à fala da conselheira Ângela (CREA), onde observou que no IDE
146 Sisema, a área de drenagem do corpo receptor é de aproximadamente 71km² e a
147 área de drenagem da canalização representa 1,5km², apenas 2% do corpo receptor;
148 e que grande parte dos tributários do corpo receptor desta canalização já se
149 encontram com suas extensões praticamente canalizadas; portanto ele não vê um
150 problema de grande magnitude como a conselheira colocou, pois é uma bacia de
151 drenagem muito pequena, que o corpo receptor já se encontra canalizado, não tem
152 a incidência de curvas acentuadas no percurso do curso d'água e está bem
153 retificado. Então ele acredita que essas águas provenientes da canalização vão ser
154 recebidas com tranquilidade no corpo receptor tendo-se em vista que este curso
155 d'água já se encontra retificado. Inclusive não foi colocado no parecer, mas consta
156 nos estudos que o empreendedor requerente apresentou esta argumentação no
157 processo, de que o corpo receptor já se encontra retificado e possui a capacidade de
158 absorver esta vazão proveniente da canalização. Resumindo, é uma obra de baixo
159 risco do ponto de vista hidrológico. O presidente Rogério (ASSEMAE) cedeu uma
160 réplica à Ângela (CREA-MG) que foi citada pelo Rubem (IGAM) e a mesma
161 respondeu que ele estava trazendo notícias que não constavam no processo e que
162 havia divergências nos relatórios encaminhados no parecer do empreendedor e que
163 o técnico responsável Luiz Francisco informou que este relatório enviado não foi o
164 relatório final que o empreendimento tinha acertado com o IGAM. Enfim, pediu para
165 ele escrever, assinar e reenviar para que seja reavaliado, porque por enquanto está
166 sendo analisado aquilo que foi enviado e o parecer da câmara técnica foi a tempo
167 distribuído. Consta que o Juvenal (SEMAD) reconvocou a câmara técnica para que
168 pudessem reordenar e colocar de maneira clara o parecer. E frisou que o voto
169 continua sendo o mesmo da câmara técnica: NÃO à outorga. A palavra foi passada
170 ao Luiz Francisco (responsável técnico pela elaboração do estudo) que destacou a
171 questão da versão que foi enviada e que foi modificada e por isto tinha algumas
172 divergências, que foram explicadas na reunião. Outro ponto falado foi a questão da
173 magnitude do impacto, que não é feito um estudo pontual, mas sim um estudo
174 levando em consideração uma grande área de drenagem, um estudo hidráulico e
175 hidrológico, que já foi discutido tecnicamente na última reunião. Enfatizou também
176 sobre a alteração no plano diretor, que realmente aconteceu, na ZAP (zona de

177 adensamento preferencial) que passou para ZAM (zona de Adensamento Médio), o
178 que muda apenas alguns parâmetros com relação à ocupação urbanística, mas não
179 tem nada a ver com outorga. E outra coisa, as obras que foram recusadas no local
180 foram em relação a prédios de grande dimensão, de muitos andares. Frisou que não
181 existe na cidade um plano diretor de questão hidráulica, hidrológica, de drenagem.
182 Disse que tudo isto está no processo e que qualquer dúvida está à disposição para
183 discutir questões técnicas. O presidente Rogério (ASSEMAE) passou a palavra ao
184 tenente Newton Eleutério (PMMG) que pediu que os apontamentos que forem feitos
185 de denúncia, se couber a parte deles de fiscalização, podem ser encaminhados
186 através de um ofício para eles fazerem o atendimento. Destacou que leu os pontos
187 de ação emergencial do DME que diz respeito à Represa do Cipó e à represa do
188 Bortolan e que no caso de um rompimento, estas águas poderiam interferir na região
189 onde está sendo pleiteada esta outorga. Posteriormente, foi passada novamente a
190 palavra ao Juvenal que reiterou tudo que já havia falado, a questão dos estudos e o
191 parecer do IGAM, dizendo que todos foram feitos com base nos dados históricos que
192 não nos convencem em face dos riscos a que podemos estar submetidos nos casos
193 de canalização. Ruben (IGAM) perguntou a que dados históricos ele estava se
194 referindo. Juvenal (SEMAD) respondeu que referia-se a precipitação e ocupação do
195 solo e da interface entre estas duas questões e questionou até que ponto estes
196 dados históricos nos servem de utilidade na medida em que fenômenos que tinham
197 recorrência há 100 anos estão se mostrando mais frequentes e intensos em função
198 das alterações climáticas que estamos tendo. Mas frisou que o trabalho foi
199 extremamente correto e conciso, de forma a atendê-los e que o problema que não
200 convence é a questão dos dados históricos de precipitação. Ruben (SEMAD)
201 colocou que, com relação aos dados históricos, o que acontece é que quando
202 calculam-se vazões máximas tendo como base dados empíricos que são os dados
203 de estação pluviométrica, quando é feita esta determinação da vazão através dos
204 dados da estação pela correlação entre as áreas de drenagem daquele ponto que
205 está analisando e costuma ser até 10 vezes menor do que as vazões quando são
206 determinadas através de métodos indiretos, que é o caso do método racional que foi
207 utilizado neste processo. A palavra foi passada à Maria Teresa (PUC/MG) que falou
208 sobre as câmaras técnicas. 1. questionou o papel do IGAM. 2. Citou o caso do
209 Bretas, onde foram feitos todos os cálculos com o máximo de segurança e disse
210 que, apesar da hidrologia ser uma ciência exata, todas as variáveis estão se
211 modificando de uma maneira muito rápida, o que está atrapalhando e deixando
212 todos os técnicos na área de hidrologia estarecidos. Ruben (SEMAD) replicou que
213 está trabalhando com uma boa margem de segurança dentro da ferramenta
214 disponível, mas que previsão meteorológica não consegue fazer. A palavra voltou a
215 Maria Teresa (PUC/MG) que disse que os técnicos entendem bem de hidrologia,
216 mas que estamos vivendo um momento atípico e que não se tem mais controle
217 climático e que o papel do Comitê é prevenção, precaução e a gestão prioritária das
218 águas, administrar conflitos. Frisou que o rio está dentro do meio ambiente, não está
219 isolado. Questionou ao Ruben (SEMAD) se o papel do Estado não é ajudar na
220 administração das águas para o bem comum, resumindo que a decisão da câmara

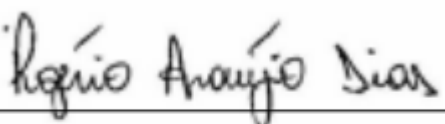
221 técnica foi negativa para o entubamento desta parte do rio. Ela respeita a posição do
222 IGAM, mas disse que a decisão do Comitê é outra. Ruben (SEMAD), que foi citado,
223 fez uma consideração que em momento algum falou ou menosprezou ou contestou
224 qualquer coisa que fosse de encontro ao parecer do IGAM, dizendo que atenderam
225 bem a todas as solicitações e que foram extremamente cuidadosos, não tendo nada
226 que desabone a conduta deles. Reiterou que a comissão contestou apenas a forma,
227 a questão dos históricos. Maria Teresa (PUC/MG) replicou que não menosprezou
228 também em hipótese alguma os pareceres do IGAM, que após fazerem as análises
229 chegaram a esta conclusão. A palavra foi cedida ao Paulo (Prefeitura Municipal de
230 Caldas), que se mostrou preocupado com a fala do Ruben (SEMAD) quando ele
231 disse que a frente já tem uma tubulação e assim não tem problema canalizar atrás e
232 perguntou se esta era uma opinião dele ou do IGAM. Ruben (SEMAD) respondeu
233 que grande parte dos tributários do corpo receptor se encontram canalizados e
234 explicou que o corpo receptor teve o seu traçado original modificado por obras de
235 engenharia. Paulo (Pref. Mun. Caldas) sugeriu ao Comitê pegar a análise do IGAM
236 referente ao Bretas, ver quem foram os técnicos e chamá-los para conversar. Luiz
237 (responsável técnico) destacou que este é um estudo científico, que os modelos são
238 baseados em muitos anos de pesquisa, tudo tem uma fundamentação técnica e que
239 este modelo que utiliza é muito mais conservador do que cálculos pontuais. É um
240 trabalho que é feito com rigor técnico, tudo seguido dentro dos manuais técnicos,
241 que foi avaliado pelo IGAM e teve um parecer favorável. O estudo foi suficiente para
242 demonstrar que esta canalização é concisa tanto da parte de engenharia quanto da
243 parte hidráulica que envolve o processo. A palavra foi passada ao Antônio Carlos
244 (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas) que parabenizou a todos por estarem
245 defendendo a causa ambiental. Disse ainda que entende que o papel é discutir a
246 conveniência pública da outorga em si, especialmente esta que está sendo
247 discutida, que se trata do remanescente do Jardim Elvira Dias. Uma parte de um
248 lado do canal foi abrangida pela alteração da Lei 195 e a outra no sentido fluxo que
249 não foi abrangida. Seria interessante manter esta APP e este canal como ele se
250 encontra, além de que tem um sério inconveniente na Secretaria de Planejamento
251 com a área criada sobre o trecho outorgado. Esta área não é particular, é da União e
252 muitas vezes incentiva a participação particular, como a ocupação em cima do
253 Bretas, uma outra na Rua Barros Cobra que recebeu uma outorga recentemente que
254 não há meios de regularizar, só mandando demolir através de um processo judicial.
255 Disse que não vê conveniência pública para esta outorga que está sendo feita hoje e
256 também nenhum benefício disto para a comunidade, só mesmo para o
257 empreendedor que é dono destas áreas. Portanto, o voto dele foi contrário.
258 Parabenizou a câmara técnica pelo relatório que foi feito e deixou registrado com
259 relação às outorgas de fechamento. O presidente Rogério (ASSEMAE) seguiu para
260 a votação da seguinte forma: voto a favor ou contra o processo de outorga (Eduardo
261 lembrou que a justificativa é o parecer da câmara técnica). Ao final, foram apurados
262 20 votos CONTRA a concessão da outorga e 1 voto A FAVOR. 54 conselheiros
263 estavam ausentes. Após a votação, o presidente Rogério (ASSEMAE) passou a
264 palavra a Antônio Carlos (ASSEMAE) que sugeriu que se fizesse uma reunião

265 extraordinária posteriormente, somente para tratar do plano diretor, porque é um
266 assunto longo. Temos que tomar uma posição quanto a exercer metas ou uma meta
267 a ser cumprida no plano diretor. Tem que fazer uma revisão dos planos (1º - 2011 a
268 2015 2º 2016-2020 3º 2021-2025 4º 2026-2030), pois os primeiros não foram
269 cumpridos. Então sugeriu fazer uma comissão ou grupo para trabalhar em cima do
270 plano diretor com os parceiros IGAM, Prefeituras, IEF, ONG, etc., principalmente os
271 prefeitos. O presidente Rogério (ASSEMAE) disse que realmente precisa ser
272 revisado, mas não sabe se teria prazo para fazer uma revisão completa sem muita
273 burocracia. E indagou se os membros da câmara técnica estão conseguindo se
274 reunir e se há mais alguém que quer fazer parte. Antônio Carlos (ASSEA) respondeu
275 que deveria ser feita uma visita a cada prefeito, à diretoria, à câmara técnica a fim de
276 explicar a eles o que é o Comitê, com o aval dos conselheiros, explicando as ações
277 do plano diretor e falou que quanto à câmara, eles estão ativos, participando.
278 Rogério perguntou se ele indicaria algum item ou meta para a plenária para auxiliar
279 na execução e ele indicou que seja feita de início a recuperação de nascentes e
280 matas ciliares e como parceiros responsáveis o IGAM, as Prefeituras Municipais
281 (que são fundamentais nessa parceria), o comitê, SEMAD, IEF, ONGs e outros.
282 Juvenal (SEMAD) disse que precisa definir prioridades e dividir tarefas naquilo que
283 seja plausível. Ele concorda com a colocação do Antônio Carlos (ASSEA), mas disse
284 que o assunto é difuso e depende de muita logística e de angariar e convencer os
285 donos das propriedades, é um trabalho longo que vai ter que ficar para o exercício
286 de 2021/2022. Segundo ele, é essencial conhecer os prefeitos que foram eleitos
287 dentro do Comitê das cidades, fazer visitas à diretoria e câmaras técnicas para saber
288 quais providências deverão ser tomadas e com o aval dos conselheiros, ressaltando
289 que é uma tarefa de toda equipe e não apenas de uma pessoa. Juvenal (SEMAD),
290 ao ser questionado pelo presidente Rogério (ASSEMAE) acerca de sua opinião, fala
291 que é necessário que a diretoria se reúna com a câmara técnica a fim de definir
292 prioridades, dividir tarefas naquilo que seja plausível. Também considera importante
293 a recuperação de nascentes e matas ciliares, como colocado por Antônio Carlos
294 (ASSEA), mas, em contrapartida, acredita ser algo difuso, que depende de custo de
295 logística e de doações dos donos das propriedades. Por outro lado, tem situações
296 que ele julga ser possível dar suporte ao município, principalmente para os que
297 possuem prefeitos com mais liberdade com a equipe. Antônio Carlos (ASSEA)
298 concorda com a fala de Juvenal (SEMAD) e diz que eles devem estar colocando tais
299 ações no Plenário, para ver quem são os parceiros. Eduardo (IGAM) inicia sua fala e
300 diz a respeito da justificativa no encaminhamento à outorga, orientando que a
301 decisão do processo de outorga deve ser encaminhada via ofício da diretoria do
302 Comitê, conforme fala no adendo 31, com a fundamentação, que pode ser no ofício
303 orientado, para os votos do Comitê, que foi o parecer da câmara técnica e deve ser
304 encaminhado junto. A fundamentação do mesmo foi o parecer do IGAM, o motivo
305 para ele ter votado a favor, basta que no ofício do Comitê da diretoria seja bem
306 explicitado. Kelly (ARPA Jacutinga) após tomar seu lugar de fala disse que a seu
307 convite, o vereador Hélio, do município de Jacutinga, foi ao seu encontro através da
308 ARPA, instituição que a mesma representa, com 45 APPs cercadas e protegidas,

309 algumas com plantio de nascentes e outras não, dentro de 31 propriedades. Ela
310 informou que os recursos são limitados, pois vem do ministério público e o principal
311 deles é o da Danone que já foi discutido há uns anos atrás neste Comitê. Segundo
312 Kelly (ARPA Jacutinga), o vereador Hélio apresentou um projeto no intuito de
313 incentivar mais preservações. Ela ainda apresentou a proposta ao Comitê a fim de
314 que através do plano diretor, seja decidido como poderão ajudar o projeto de lei do
315 vereador, que foi negado pela Câmara por motivos institucionais. A palavra foi
316 passada novamente à Ângela (CREA-MG) que disse que em relação ao item 1.1, do
317 item 1, do Plano Diretor que diz respeito à disponibilidade hídrica, ela entende que
318 seria uma regularização de vazão. Tendo em vista que existem parceiros prováveis,
319 em sua opinião, na próxima reunião da câmara técnica já deve haver o *modus*
320 *operandi*, a fim de programar o que deve ser feito e não ficar na plenária, que por
321 sua vez já deu seu parecer de que este é um projeto que se pode trabalhar. Ou seja,
322 para ela, na próxima reunião já deve-se programar e executar. Para ela, esses
323 planos apenas serão desenvolvidos após a cobrança, e que as prioridades poderão
324 ser revistas após 10 anos, pois o Plano foi feito em 2010 e aprovado em reunião no
325 município de Andradas. Em suma, sobre o plano diretor, basta apenas a convocação
326 da Câmara e fazer o planejamento de como será feito, as datas e costurando
327 parcerias, sem a necessidade que a plenária vote a respeito novamente. Antônio
328 Carlos (ASSEA), em sua fala, defende que a secretaria expeça ofício a cada prefeito
329 eleito que não faz parte do Comitê de Bacia, a fim de que tomem conhecimento da
330 convocação, e também que saibam se manterão os mesmos representantes da
331 Prefeitura ou se irão mudar. Ângela (CREA-MG) lembra que, na última reunião, ao
332 fazer um projeto de análise das águas focando os dois municípios de Caldas e
333 Santa Rita de Caldas, disse que tinha uma proposta com relação às outorgas em
334 torno de fontes termais, ocasião em que a mesma disse que gostaria que fosse
335 encaminhado à diretoria para que esta avaliasse a pertinência de colocar nas
336 câmaras técnicas para que analisasse, opinasse e viesse à plenária para análise.
337 Ela reiterou o seu pedido para que o processo seja encaminhado aos coordenadores
338 e suas câmaras técnicas. Abordou ainda que, na mesma temática da outorga,
339 informa que o IGAM, realizará uma capacitação para outorgas de grande porte em
340 uma reunião online. Sua intenção é encaminhar às câmaras técnicas para que estas
341 analisem se é de fato pertinente, e que seja mandado para plenário no momento da
342 convocação e haja um posicionamento das câmaras técnicas em relação ao
343 assunto, sendo decidida pela plenária, como de praxe. Os integrantes da reunião
344 decidiram discutir na próxima reunião a questão dos membros da câmara de meio
345 ambiente e de outorga. Logo após, o convidado da reunião, vereador Hélio
346 (Jacutinga), falou a respeito do seu projeto, disse que um grupo de cidadãos o
347 procurou no intuito de propor uma lei municipal - projeto conservador de água, que
348 cria parcerias para subsidiar os produtores rurais a fim de que estes façam a
349 preservação dos mananciais e recuperação da mata nativa, principalmente voltado
350 para a questão hídrica. Ele ressaltou que existe um parecer, desde 2005 e que já
351 existe a lei em funcionamento com premiações internacionais na ONU e em diversos
352 lugares e também que o município de Extrema recebe um subsídio a mais por conta

353 desse projeto, não sabendo se parte da União ou do Estado. Ao propor o projeto
354 recebeu um parecer favorável jurídico, mas por questões políticas, a câmara rejeitou
355 o projeto por 6 (seis) votos contrários. Disse ainda que o município sofre problema
356 de infraestrutura e fornecimento de água, que muitos crimes ambientais da
357 administração passada foram provocados pelo poder público da prefeitura e que
358 existem diversas questões, como esgoto. Além do mais, é necessária a luta pelo
359 tratamento das políticas públicas voltadas para os recursos hídricos e que ele foi o
360 vereador que mais lutou sobre as questões ambientais e os demais vereadores que
361 votaram contra o projeto justificaram que o prefeito iria propor na próxima
362 administração; que tem expectativas de que essa lei seja proposta futuramente. O
363 depoente sugere ainda que o Comitê oriente a Prefeitura a fazer orientações a
364 respeito da importância do projeto e da preservação das nascentes. A palavra foi
365 passada ao Leonel (IMA) que parabenizou os membros do Comitê que votaram
366 contrários à concessão de outorga, ressaltando que há 10 anos atrás foi contra a
367 canalização do curso d'água, que os fatos mostraram que foi a decisão correta
368 dentro do princípio da precaução, o que foi ressaltado pela câmara técnica em seu
369 parecer. Que os países que fizeram a canalização de curso d'água antes do Brasil
370 estão caminhando no sentido de revitalizar os rios e acabar com o entubamento ou a
371 canalização dos cursos d'água. Que é necessária uma mudança da legislação
372 brasileira e alcançar um novo tempo de maior cuidado e respeito com o meio
373 ambiente e que o Comitê possa continuar caminhando além das instâncias
374 sinalizando para onde a sociedade está nos mostrando que devemos seguir.
375 Juvenal (SEMAD), ao complementar sua fala, diz que está buscando conhecer os
376 limites e buscar eficiência e eficácia na produção das normas. Ele elogiou a postura
377 do IGAM que está procurando capacitar cada vez mais os conselheiros. Que em
378 relação à Jacutinga, a questão de pagamentos por serviços ambientais é muito
379 complexa, pois é necessário identificar se há fonte de recurso, entre outras coisas.
380 Que a questão da recuperação de nascentes vai gerar um retorno em termos de
381 disponibilidade de água durante muito tempo. Que o município deve entender a
382 necessidade de ações práticas que trazem retorno paralelamente no espaço de
383 tempo mais curto, fazendo bacias de contenção ao longo das estradas, bem como
384 fazer as reformas corretas. Que trata-se de um conjunto de ações e que trata-se de
385 uma iniciativa positiva que deve ser apoiada. O presidente Rogério (ASSEMAE) diz
386 que entendeu a proposta e que tem que concluir para posteriormente encaminhar ao
387 IGAM. Juvenal (SEMAD) parabeniza a Ângela (CREA-MG) pela iniciativa. Eduardo
388 (IGAM) respondeu ao vereador Hélio dizendo que o coordenador Paulo, que na
389 época atuava em Extrema, está hoje em um projeto na Mantiqueira, que tem
390 projetos em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, que está com o mesmo
391 embasamento teórico do produtor de água de Extrema, que é um programa contínuo
392 da ANA, e aqui em Minas Gerais ele fica bem próximo ao modelo do programa
393 Reflorestar que é do estado do Espírito Santo. O IEF está trabalhando com este
394 modelo. Desta forma o Comitê pode ser um parceiro. Estes projetos propõem uma
395 integração entre diversos atores na bacia. Então não é uma proposta solitária. O
396 município é quem paga então ele tem que estar envolvido

397 **Item 6. Proposta de auto avaliação do Comitê pelos conselheiros:** O presidente
398 Rogério (ASSEMAE) propôs aos conselheiros enviarem a sua opinião por e-mail e
399 disse que a diretoria vai tomar a frente para redigir esta resposta. José Edilberto
400 (APS) sugeriu a elaboração de um questionário online para que todos respondam e
401 encaminhem ao IGAM até o dia 01 de fevereiro de 2021. Nada mais havendo a
402 tratar, a 4ª Reunião Extraordinária do ano de 2020 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi
403 encerrada às 12h12min.



Rogério Araújo Dias
Presidente CBH – GD6